COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PERIODICIDADE MENSAL | PREÇO AVULSO: 50$00 | ANO VI | Nº 65 JUNHO 1991

Timorenses manifestam-se pela paz

Na sequência de anteriores intervenções públicas, a comunidade timorense, encabeçada em número significativo pela sua juventude, saiu de novo à rua em Lisboa. A razão foi aproveitar a presença em Portugal, por ocasião da assinatura dos acordos de paz para Angola, dos chefes das diplomacias americana (James Baker) e soviética (Bersmertnyk) e do Secretário-Geral da ONU (Cuellar), para lembrar ao mundo a persistência da luta do povo maubere e exigir das grandes potências o mesmo empenhamento e participação na busca de soluções para o problema.

A hora terá de ser de paz: depois de Angola, Timor-Leste, onde o processo de descolonização ficou por concluir.

WE WANT PEACE BY PEACE
DON'T FORGET
16 YEAR'S AFTER INDONESIA INVADED EAST-TIMOR.
THE WAR OF GENOCIDE CONTINUE, LONG
FORGOTTEN BY THE REST OF WORLD...

PAZ EM ANGOLA, PAZ PARA TIMOR-LESTE

Dia 30 de Maio, 19 horas. Os olhos do mundo estavam fixados no Palácio das Necessidades, em Lisboa, onde decorria a cerimónia solene da assinatura dos acordos de paz para Angola, o qual vinha ppôr fim a um período de guerra que durante 15 anos assolou aquele país irmão.

As muitas dezenas de jornalistas, nacionais e estrangeiros, que faziam a cobertura em directo do acontecimento para as mais importantes cadeias de televisão e agências noticiosas de todo o mundo, ao saírem do edifício deram de caras com quase duas centenas de timorenses e portugueses que, aguerrida e vibrantemente, fizeram ouvir a sua voz exigindo os seus direitos. **«Don't forget Timor»** («Não esqueçam Timor») e **«Timor = Koweit»** eram algumas frases constantes das faixas agitadas pelos manifestantes.

COMUNIDADE MAIS INTERVENIENTE

Juntando harmoniosamente a «garra» e iniciativa dos mais jovens com a experiência dos mais velhos, esta acção de rua foi

NESTE NÚMERO:

- **Timorenses manifestam-se pela paz**
- **Emília Gusmão em Portugal**
- **III Jornadas da Universidade do Porto**

um sucesso pleno que veio reafirmar a comunidade timorense como um interveniente activo na cena política portuguesa.

De facto, durante muitos anos, a presença dos timorenses na vida política nacional centrou-se nas tomadas de posição e declaração dos dirigentes dos movimentos nacionalistas tradicionais; a comunidade, essa massa de quase três milhares de pessoas, permanecia discretamente retirada, não intervinha, não se fazia conhecer à opinião pública. Foi somente nos últimos dois anos (em grande medida fruto do rejuvenescimento - etário e político - da população, que a chegada recente de jovens com experiências e vivências diferentes veio induzir) que os timorenses, enquanto comunidade, começaram a fazer-se ouvir sem inibições nem sentimentos de inferioridade.

«Não temos que pedir desculpa por aqui estar a protestar pois só exigimos aquilo a que temos direito», dizia um jovem no fim da manifestação. Este estado de espírito mostra um contraste positivo com uma visão mais passiva de que **«não podemos pôr Portugal em causa, pois foi ele que nos deu abrigo»**, que ainda encontra eco em sectores da comunidade.

Afirmando a sua especificidade e as suas razões, sem evidenciar radicalismos mas também sem complexos, os timorenses surgem como actores de corpo inteiro na cena política portuguesa, ganhando com isso o respeito das forças políticas e dos portugueses em geral.

PARA O MUNDO, VIA CNN

A excelente cobertura que os meios de comunicação social fizeram desta acção veio mostrar a crescente receptividade que a questão tem em Portugal e no estrangeiro. Dois dos mais importantes diários de Lisboa (**Diário de Notícias** e **Público**), várias estações de rádio e os dois canais da TV fizeram referências mais ou menos prolongadas ao evento. Também os jornalistas estrangeiros abordaram a questão, tendo a própria cadeia norte-americana CNN entrevistado em directo alguns timorenses.

Os diplomatas estrangeiros presentes na cerimónia, com Cuellar à cabeça, tomaram conhecimento das exigências dos timorenses, não só através do aparato da manifestação - suficientemente visível - e do destaque dado pela imprensa mas também através de um Manifesto que a Comissão Organizadora da manifestação lhes fez transmitir.

Desse manifesto realçamos a denúncia da **«postura parcial, discriminatória e selectiva dos EUA, da URSS e dos países da Europa Ocidental, estabelecendo um peso e duas medidas para a solução de problemas tidos como idênticos»**, os casos do Koweit e de Timor-Leste, bem como **«o continuo auxílio militar, político e económico»** desses países à Indonésia.

O documento apela à utilização de meios poderosos (incluindo **«sanções económicas e suspensão de venda de armamento»**, à semelhança do ocorrido com o Iraque) para forçar o invasor ao cumprimento do direito internacional. Refere a necessidade de aceitação dos princípios da realização de um referendo e das propostas do Plano de Paz do Comandante Xanana Gusmão e exige à Indonésia que cesse de boicotar as conversações visando a visita da delegação parlamentar portuguesa.

O manifesto conclui que **«a guerra escondida e esquecida»** dos timorenses **«é tão justa e legítima como as lutas dos Koweitianos, Palestinianos, Saharauis, Afegãos, Curdos e tantos outros povos por este Mundo fora, que só a indiferença política, a cumplicidade e subserviência dos governos a interesses económicos e estratégicos das grandes potências podem silenciar ou encobrir. Nunca haverá uma Nova Ordem Política Internacional justa e aceitável enquanto se defender os direitos de alguns e se ignorar ou se esquecer os direitos de outros»**.

FAIXA GIGANTE

De realçar o apoio que muitos jovens portugueses (em grande parte nem sequer pertencentes a nenhum dos grupos de solidariedade) deu à iniciativa, à semelhança do ocorrido aquando da visita papal.

A merecer particular referência a colocação duma faixa gigante com os dizeres «Timor sofre» nas falésias adjacentes à estátua do Cristo-Rei, na margem sul, e no qual colaboraram os próprios bombeiros de Cacilhas; com o comprimento de 30 metros e visível a vários quilómetros de distância, esta acção dum grupo de jovens da paróquia de Carnaxide e de jovens timorenses foi um dos momentos altos da jornada. □

Emília Gusmão em Portugal

A fim de participar numa reunião que decorreu em Lisboa sobre a condição da mulher organizada pelo grupo socialista do Parlamento Europeu e a convite da Fundação de Relações Internacionais, uma instituição próxima do PS, encontra-se em Portugal Emília Gusmão, a mulher do dirigente da Resistência timorense, Xanana Gusmão.

É com muita emoção que nos congratulamos com a sua presença no nosso país.

Emília Gusmão reside actualmente na Austrália. O Governo Indonésio recusou sistematicamente a autorização que lhe permitiria reunir-se à sua família a viver em Melbourne.

A legitimidade da sua pretensão e a pressão exercida pela Cruz Vermelha Internacional acabou por vencer os habituais obstáculos políticos com que todos os timorenses são confrontados quando tentam sair do seu país.

É aqui que Emília Gusmão pretende iniciar uma nova vida e participar na luta pela causa maubere.

Emília veio a Portugal a convite do grupo socialista do Parlamento Europeu para **«participar no esforço conjunto de timorenses e portugueses de lembrar ao mundo o drama e a luta do povo de Timor-Leste»**.

Sofreu humilhações e torturas durante os 15 anos que viveu em Dili devido, fundamentalmente, à sua ligação com Xanana Gusmão uma vez que, como ela própria o confessa, nunca teve qualquer tipo de militância.

Embora não tornasse a ver o marido desde fins de 1975 - altura em que Xanana Gusmão foi dar apoio a jornalistas australianos que estavam interessados em filmar as tropas indonésias a infiltrarem-se pela fronteira de Timor e não voltou a Dili em consequência da invasão - os indonésios nunca deixaram de a vigiar nem de interferir física e emocionalmente na sua vida. Em 1975 assistiu, desde a Igreja de Motael, à invasão indonésia e a todas as atrocidades dela decorrente e de todos tristemente conhecidas.

Embora durante os primeiros anos da ocupação indonésia tenha sido interrogada, maltratada e constantemente vigiada, a situação agudizou-se quando Xanana assumiu, em 1981, a direcção da Resistência em Timor-Leste. A partir desta altura foi submetida a interrogatórios que nunca demoravam menos de seis horas. Para esses interrogatórios era forçada a sair de casa a qualquer hora do dia ou da noite acompanhada dos filhos. A presença das crianças era importante para os indonésios pois serviam como arma de pressão psicológica. Quase sempre tentavam persuadi-la a escrever cartas a Xanana ou a acompanha-los ao mato para ser ela a pedir a Xanana que se rendesse. Outras vezes tentavam arrancar-lhe «confissões» e informações acerca do paradeiro do marido. Para tentar conseguir uma maior colaboração, ou pelo menos para tentar controlar os eventuais contactos com a resistência timorense, obrigaram-na a partir de 1984 e

durante seis anos, a viver com colaboradores indonésios, o que a privou do seu último reduto de privacidade - a sua própria casa.

O cerco apertado que sofria por parte da segurança indonésia teve como consequência natural o seu isolamento da comunidade timorense. A reacção natural dos timorenses era afastarem-se dela pois o seu convívio poderia ser tomado como um pretexto para serem «incomodados» pelas forças de segurança indonésias. Mesmo assim nunca deixou de trabalhar nos Serviços de Educação nem os seus filhos deixaram de assistir às aulas na escola indonésia (para evitar mais problemas). Na escola, tanto os professores como os alunos, envergonhavam-nos por serem filhos de Xanana Gusmão.

Mas de longe em longe o cerco rompia-se e alguma voz amiga lhe sussurrava recados sobre Xanana e o seu paradeiro.

Foi em vão que a segurança indonésia tentou utilizá-la como meio para capturar Xanana Gusmão. **«Fui insultada, torturada, cuspida na cara quando a tudo eu respondia não, quando me negava a trair o meu marido e a Resistência, quando me recusava a vergar»**.

É esta mulher que hoje em Portugal lembra, em declaração proferida em conferência de imprensa, que a sua experiência **«não reflecte toda a realidade trágica da ocupação. Milhares de mulheres perderam a vida. Milhares foram torturadas. Muitas mães viram os seus filhos perecer de tortura para depois elas próprias serem assassinadas. Muitas outras foram violadas, ultrajadas.** (...) **Eram seres humanos, tinham um corpo, uma alma, uma dignidade, a sua cultura, a sua história. Nós não somos um abstracto e a minha experiência pessoal não foi uma fantasia, não foi um sonho mau, não foi um pesadelo, assim como não foi um pesadelo a experiência de milhares de outras mulheres, menos bafejadas pela sorte, que não podem estar aqui para corroborar as minhas palavras»**. E que alerta para a situação em Timor-Leste: **«O povo de Timor-Leste está a ser exterminado impunemente. Um crime de genocídio está a ser perpetrado em pleno final do século XX. Será preciso que todo um povo seja exterminado para que daqui a alguns anos o mundo reconheça afinal que houve um crime de genocídio em Timor-Leste?»**.

Durante a sua permanência no nosso país, Emília Gusmão teve a oportunidade de se encontrar com o Presidente da República, Dr. Mário Soares, assim como de ser recebida pela Assembleia da República, que interrompeu a sessão plenária em que se encontrava para a receber de pé e no meio de uma calorosa salva de palmas, tendo-lhe sido oferecido um grande ramo de rosas.

Emília Gusmão participou, igualmente, em iniciativas da Solidariedade, quer em Lisboa, quer no Porto, que para a ocasião preparou uma brochura em colaboração com a Drª Pascoela Barreto, uma socióloga timorense há anos radicada em Portugal, e editada pela Fundação de Relações Internacionais, sobre a participação da mulher timorense na luta de libertação nacional. □

III Jornadas da UP: autodeterminação e independência não caem do céu!

Tiveram lugar no Porto, nos dias 9, 10 e 11 de Maio, as III Jornadas sobre Timor-Leste, organizadas pela Universidade daquela cidade. Do jornal Fraternizar **seleccionámos os excertos que aqui publicamos sobre aquela importante iniciativa.**

Um caso singularmente aberrante

Pela terceira vez consecutiva, a Universidade do Porto faz sua a questão de Timor-Leste e consegue congregar em redor da dramática situação sofrida naquele território, oficialmente ainda sob administração portuguesa, não só timorenses residentes em Portugal, mas também um leque de personalidades nacionais e internacionais, para quem o crime de genocídio cometido pela Indonésia jamais pode ser caucionado. Felizmente, nem todos os cristãos portugueses estão de costas voltadas para o que se passa

naquele território militarmente ocupado e a prova é que, desde a primeira hora, alinham ao lado da Universidade. Fazem-no a título individual, já que a Igreja portuguesa, enquanto tal, ainda não foi capaz de transformar os seus templos e catedrais em púlpitos desassombrados em prol da justa causa do Povo de Timor-Leste. Infelizmente, parece preferir continuar a protagonizar a atitude do sacerdote e do levita da parábola do samaritano, já que, certamente para se não contaminar, insiste, como eles, em passar ao largo do homem e dos povos caídos nas valetas da vida e da história, sobretudo quando estes - Timor-Leste é o exemplo mais flagrante na actualidade - são vítimas de assaltantes que lhes saem ao caminho, todo poderosos, como a Indonésia.

"Timor-Leste, Portugal e a Comunidade internacional: responsabilidades complementares na mesma luta pela justiça, pela paz e pelo respeito da legalidade internacionais", foi o tema das Jornadas deste ano. Para o debater, mais de uma centena de participantes se inscreveram, para lá de muito público que acorreu à sessão de abertura, feita com pompa e circunstância, sob a presidência do próprio Presidente da República, Dr. Mário Soares.

O prof. Barbedo de Magalhães abriu as Jornadas. E, desde logo, colocou o dedo na ferida. **«O esboroar da bipolarização** - sublinhou com oportunidade - **a que assistimos nos últimos anos e a afirmação crescente dos valores da liberdade e da democracia, dos direitos humanos e dos povos, tornam a situação de Timor-Leste num caso singularmente aberrante neste final de milénio e na década que a ONU decidiu declarar como a** "Década da Irradiação do Colonialismo". **Como aberrante é também a permanência, na Indonésia, de um regime militar ditatorial, feroz e sanguinário, erigido em 1965/66 sobre mais de meio de mortos e perto de milhão e meio de presos políticos»** e que, mesmo assim, se tem aguentado no poder graças ao **«apoio que os governos dos EUA, do Japão, da Austrália e de muitos Estados da Europa Ocidental têm proporcionado a esse criminoso regime».**

Mas seria, particularmente, o silêncio do Vaticano que Barbedo de Magalhães mais denunciou, com a perplexidade de quem se vê perante uma chocante contradição entre os princípios evangélicos que devem enformar a prática pastoral da Igreja e o seu modo concreto de agir neste caso. (...).

«Sabemos - referiu este prof. universitário do Porto - **que seremos mal compreendidos e dói-nos ter que denunciar os métodos utilizados pela diplomacia do Vaticano. Mas, como já o fizemos noutras ocasiões, antes e depois do 25 de Abril, não podemos ficar calados, se alguém - como o deu a entender o Rev. Padre Tucci, ao preparar a visita papal a Timor-Leste - se dispõe a sacrificar a Igreja e o Povo deste território a quaisquer interesses, nem que esses sejam os da Igreja indonésia, ou até, porventura, da própria Igreja Universal»**, pois **«há alturas em que é preciso dizer que** "o rei vai nu", **por amor ao povo e por amor ao próprio rei».**

OS CAMINHOS DA PAZ

Uma mesa redonda sobre os caminhos da paz, realizada na tarde do penúltimo dia das Jornadas, congregou alguns cristãos, com destaque para o Bispo Fernando Soares da Igreja Lusitana e para o Cónego e prof. da Universidade Católica do Porto, Dr. Arnaldo de Pinho, ao lado do deputado Sousa Lara e de representantes de Grupos de Solidariedade, para além, evidentemente, de representantes da Convergência Nacionalista. (...).

O Bispo Fernando Soares recordou, com o salmonista, que **«a paz e a justiça beijam-se»** e reconheceu que a questão de Timor-Leste encontra pouca disponibilidade no interior das Igrejas não católicas romanas, ocupadas que vivem com a afirmação da sua própria identidade. Excepção a esta regra constituem-na as três Igrejas do COPIC: Lusitana, Presbiteriana e Metodista. Mesmo assim, a questão de Timor-Leste costuma esbarrar, ao nível internacional, inclusive no âmbito do Conselho Mundial de Igrejas, onde, com frequência, se ouvem muitos líderes com responsabilidade perguntar «Mas o que é isso?», quando cristãos portugueses referem a situação de Timor-Leste no conjunto das suas preocupações pastorais [ver a este respeito a **Informação Timor-Leste** nº 64, Maio 91].

Arnaldo de Pinho começou por lembrar que, **«mesmo para a Igreja, as boas ideias não do céu, antes nascem na consciência dos crentes, como na dos homens/mulheres de boa vontade»**. Testemunhou, a propósito, que, felizmente, também com ele isto sucedeu, já lá vão alguns anos e, desde então, sempre tem cuidado em estar activo e solidário. Como caminho para a paz em Timor-Leste, defendeu, entre outros gestos, a **«internacionalização desta questão, também ao nível das Igrejas»**. (...).

REFUGIADOS INDONÉSIOS E LINHAS DE ACÇÃO

As III Jornadas (...) contaram com a presença-participação de refugiados indonésios que trouxeram notícias sobre o cada vez mais imparável movimento de contestação ao regime ditatorial que vigora no seu país. O documento final das Jornadas não deixa de registar com agrado o facto, pelo que ele tem de importância, também para o Povo de Timor-Leste. (...).

O documento final regista também **«várias propostas de acção por diversas vezes avançadas, como por exemplo as emissões de rádio para Timor ou uma Conferência internacional de parlamentares e personalidades»**, propostas essas que **«inexplicavelmente vão sendo sucessivamente proteladas»** pelo actual governo português. A este propósito, o documento final salienta que que foi também **«referida e estranhada a dificuldade de divulgação, mesmo na televisão portuguesa, de diversos filmes existentes sobre a questão de Timor».**

O documento defende diversas linhas de acção. Antes de mais, **«reafirmou-se o direito inalienável do Povo de Timor à autodeterminação, a qual passa, desde logo, pela denúncia e pelo termo do genocídio físico e cultural, pelo cessar-fogo e pela retirada das forças de ocupação indonésia, pelo fim da venda de equipamento militar à potência ocupante e pela defesa dos direitos humanos no território».** (...).

«A participação dos timorenses, nomeadamente nas negociações em curso, é uma condição essencial do processo de construção da paz», lembra o documento final. Assim como **«considerou-se fundamental promover acção sistemática e constante junto das instâncias políticas dos Estados que mais influência poderão ter na resolução do problema de Timor»**, com destaque maior para os EUA. (...).

«No decorrer das Jornadas - diz a concluir o documento aprovado no final dos trabalhos - **os participantes tiveram presentes os timorenses que estão em Timor, que sofrem e que lutam e que, como referiu o Presidente da República, são um claro testemunho de coragem e de dignidade. Tiveram também presentes a Igreja de Timor e os seus apelos, para que se faça justiça. A eles devemos um empenhamento lúcido e determinado».** □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R. Pinheiro Chagas, 77-2ºE-1000 Lisboa, Tel: 574718
Produção: João Escadinha **Impressão:** Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem:** 1000 ex. **Assinatura anual:** 600$00
Registo DGCS nº 112094 Dep. Leg. nº 25317